



PROPRIEDADE INTELECTUAL

Conheça as críticas dos especialistas

A propriedade intelectual requer especialistas na área. O Diário Económico falou com alguns sobre a temática.

RAQUEL CARVALHO E IRINA MARCELINO
raquel.carvalho@mediamonitor.pt

JOÃO LUÍS TRAÇA,
SÓCIO DA MIRANDA

“Há falta de meios humanos no tribunal”

Não se fazem bons tribunais sem os recursos necessários.

Que balanço faz do tribunal de propriedade intelectual?

Apesar de já se ter passado quase um ano desde a criação do tribunal continua a ser difícil fazer um verdadeiro balanço do mesmo. Se é indiscutível que um tribunal de competência especializada a este respeito é uma ferramenta indispensável na correcta administração da justiça, já não é certo que este tribunal esteja a conseguir desempenhar as funções que lhe foram atribuídas por lei. Entre a falta de capacidade humana e a multiplicidade de processos que neste momento já está a cargo deste tribunal leva-nos a considerar este início de actividade como “mais do mesmo” e não como uma melhoria da situação que dantes



“O regime jurídico que temos ao nível das patentes não é ‘nosso’, é da Europa”.

tinhamos. Deste modo, se ajuda a resolver questões ou não, é uma questão cuja resposta ainda não nos parece possível aferir por enquanto.

O que está a funcionar mal?

“Não se fazem ovos sem omelctes”. Ou seja, não se fazem bons tribunais sem os recursos necessários. E quanto refiro bons tribunais, quero fazer referência a uma justiça com uma celeridade razoável, nem sequer comento o teor das decisões.

O que pensa do regime jurídico que protege as patentes?

Cada vez mais os caminhos e os regimes a seguir resultam não do plano interno mas sim das opções escolhidas ao nível comunitário. O regime jurídico que temos ao nível das patentes não é “nosso”, é da Europa. Por este motivo o espaço de manobra do legislador português é muito curto, limitando-se em muitas questões a traduzir disposições constantes de documentos aprovados ao nível comunitário. ■

JOÃO VEIGA GOMES,
CONSULTOR NA ABREU ADVOGADOS

“Devia haver mais TPI em Portugal”

O TPI tem-se esforçado por cumprir o seu dever.

Que balanço faz do tribunal de propriedade intelectual?

O TPI de Lisboa tem um enorme defeito. É o único! Devia haver mais. É cedo para fazer um balanço sério da sua actividade, mas é evidente que se trata de uma experiência positiva. Por outro lado, a limitação da competência de novo Tribunal às questões da propriedade intelectual, permite um maior grau de especialização e de eficiência, por parte do julgador. Os tribunais são feitos para decidir e julgar. O que é preciso é dar-lhes os meios necessários ao exercício da sua função. Neste sentido, é justo reconhecer que, nas actuais circunstâncias, o TPI se tem esforçado por cumprir o seu dever.



O que está a funcionar mal?

Tenho conhecimento de processos pendentes há longos anos nos Tribunais de Comércio. Os Tribunais de Comércio funcionaram mal. O TPI só pode vir a funcionar melhor. A grande falha do sistema é ainda a inexistência de tribunais devidamente qualificados e apetrechados para julgar questões de propriedade intelectual, cuja complexidade surpreende, por vezes, os profissionais mais experimentados! Precisamos, pois, de aumentar o número dos TPI e ao que parece vai ser criado mais um TPI, no Porto.

O que pensa do regime jurídico que protege as patentes?

Fauta-se por altos padrões e, no essencial, encontra-se em sintonia com o direito europeu. O problema não está no nosso regime jurídico. Se, em matéria de patentes, estamos muito longe de alcançar o nível de qualidade e quantidade de outros países, como os Estados Unidos, a China, a Índia ou o Japão, no seu conjunto, também a Europa e as patentes europeias se situam nos primeiros lugares do “ranking” mundial. O certo é que o fenomenal aumento do número e a melhoria da qualidade das patentes chinesas decorrem em grande parte de políticas bem-sucedidas, levadas a cabo pelo Estado chinês. Por último, gostaria de acrescentar que não basta ter uma boa lei, em matéria de patentes. ■

ANTONIO MAGALHÃES CARDOSO E ANTÓNIO ANDRADE
VIEIRA DE ALMEIDA E ASSOCIADOS

“Tribunal cedo se revelou incapaz”

Número de processos terão bloqueado tribunal da PI.

Que balanço fazem do tribunal de propriedade intelectual?

A criação e instalação do Tribunal da Propriedade Intelectual constituiu um avanço no Sistema de Propriedade Intelectual. No entanto, quer porque o ‘enforcement’ das patentes farmacêuticas não é da sua competência – mas sim das arbitragens necessárias impostas pela Lei n.º 62/2011 –, quer porque cedo se revelou incapaz de suportar o número de processos relativos às restantes modalidades de direitos privativos de propriedade intelectual – as notícias dão conta desse bloqueio, o que terá determinado a decisão da ministra da Justiça de instalar o 2º Juízo deste Tribunal – não se afigura ainda como o Tribunal especializado que se reclamava, especialmente em termos de celeridade das decisões. Enquanto o “desaforamento” dos processos relativos de patentes se mantiver – por força da referida Lei – este Tribunal não será um Tribunal da Propriedade Intelectual de corpo inteiro, com competência em relação a todos os direitos de propriedade intelectual e dotado dos meios técnicos e humanos para a protecção ‘enforcement’ desses direitos de acordo com os parâmetros dos países desenvolvidos.



O que pensam do regime jurídico que protege as patentes?

O regime jurídico de protecção de patentes encontra-se num sistema comum à União Europeia e a Tratados Internacionais ratificados por Portugal. Assim, a protecção ‘enforcement’ dos direitos de propriedade intelectual obedece a um quadro jurídico avançado e satisfatório, se bem que em contínua evolução qualitativa. As melhorias que se reclamam – e que estão em estudo e mesmo implementação no seio da União Europeia – dizem particularmente respeito às medidas repressivas no capítulo da contrafeição e pirataria. ■



em propriedade intelectual

JOÃO PEREIRA DA CRUZ,
PRESIDENTE DA J. PEREIRA DA CRUZ

“O país está sensibilizado para a PI”

As empresas estão acima da média comunitária na inovação.

Como enquadra Portugal ao nível da Propriedade Intelectual? É um país inovador?

O nosso país sempre teve no âmbito da propriedade intelectual diplomas adequados e que acompanham os desenvolvimentos e tendências desta matéria a nível internacional. As nossas empresas começaram a ficar mais sensibilizadas para a importância da propriedade intelectual, sendo consensual que a inovação e a exportação/internacionalização são factores determinantes para o crescimento económico e para a saída da crise que atravessamos.



“Patenteiar uma intervenção é uma actividade muito técnica, que requer uma elevada especialização”.

Nos mais recentes índices publicados, em termos de inovação, as empresas portuguesas surgem acima da média comunitária. Muito embora este aspecto ainda não seja totalmente visível na economia real é um sinal positivo de estarmos no bom caminho.

É difícil patentear inovações em Portugal?

Patenteiar uma invenção é uma actividade muito técnica, que requer uma elevada especialização. Na maior parte dos casos os inventores dificilmente conseguem preparar e redigir um pedido de patente sem a estreita participação do especialista nesta área, os Agentes Oficiais da Propriedade Industrial. Em termos gerais o INPI é muito exigente quanto a aspectos formais e suficientemente rigoroso na apreciação técnica. Portanto um pedido de patente devidamente acompanhado pelos AOPI tem boas hipóteses de ser bem sucedido.

Qual a sua opinião sobre o regime jurídico que protege as patentes?

Em termos gerais o regime jurídico de protecção de patentes tem-se mostrado adequado. ■

CARMEN PINA, AGENTE OFICIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NA A.G DA CUNHA FERREIRA

“Assiste-se a um aumento de inovação”

O processo de patentes está facilitado em Portugal.

Como enquadra Portugal ao nível da Propriedade Intelectual? É um país inovador?

Tem-se assistido a um aumento de inovação ao nível das empresas e Universidades, com desenvolvimento notável na utilização do sistema de propriedade intelectual, mas os níveis de utilização estão aquém dos desejáveis no que concerne em especial a protecção por Patente e Desenho ou Modelo, parecendo este último muito adequado à produção nacional.



É difícil patentear inovações em Portugal?

O processo está facilitado, havendo, até, incentivo à protecção directa. É, porém, de salientar a maior ou menor vulnerabilidade do direito obtido – que pode ser posto em causa – e que um pedido

“Os níveis de utilização do sistema de propriedade intelectual estão aquém dos desejáveis no que concerne em especial a protecção por Patente e Desenho ou Modelo”.

não acautelado pode inviabilizar a internacionalização de protecção, sendo importante um aconselhamento especializado antes, durante (e depois) da protecção.

Qual a sua opinião sobre o regime jurídico que protege as patentes?

Atentas as várias vias para protecção em Portugal: nacional, pedido internacional de patente e patente europeia, considera-se o sistema bastante flexível, mas inerentemente complexo. ■

ALEXANDRA PAIXÃO, AGENTE OFICIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NA GASTÃO CUNHA FERREIRA

“Há mais pedidos de patentes”

Estamos mais empreendedores mas ainda pouco inovadores.

Como enquadra Portugal ao nível da propriedade intelectual? É um país inovador?

A nível de inovação Portugal ainda está muito abaixo de alguns países europeus de referência, como por exemplo, a Alemanha. Porém, nota-se um crescente na apresentação de pedidos de patentes nacionais, o que comprova um aumento do empreendedorismo a nível nacional associado à inovação, que é sempre de louvar. No que toca às restantes áreas, os empresários portugueses estão a interiorizar cada vez mais a extrema importância da proprie-



“Os empresários portugueses estão a interiorizar cada vez mais a extrema importância da propriedade intelectual na sua actividade empresarial”.

dade intelectual na sua actividade empresarial, razão pela qual o número de pedido de registo de marcas/logótipos é uma realidade constatável.

É difícil patentear inovações em Portugal?

Não se deve confundir complexidade com dificuldade. Obviamente que, quando comparado com o processo de registo de marca, é impossível não concluir que se trata de um procedimento complexo e que exige o acompanhamento exaustivo de um técnico especializado, como seja o AOPI, minimizando a ocorrência de notificações oficiais e contribuindo para uma maior celeridade processual. A nossa equipa (AOPI'S, Advogadas e Especialistas Técnicos) tem tido bons resultados e são raros os processos apresentados que não são concedidos.

Qual a sua opinião sobre o regime jurídico que protege as patentes?

É eficaz, mas tal como qualquer outro regime jurídico pode ser revisto e melhorado. ■